

## QUEM MANDA NA FEIRA? ELITE POLÍTICA E PODER LOCAL EM FEIRA DE SANTANA (1929-1935).

KELMAN CONCEIÇÃO DA SILVA\*

### 1. O *Folha do Norte* enquanto fonte para História Política de Feira

Realizar um estudo sobre a História Política de Feira de Santana requer o trabalho inicial de busca por fontes. Durante o ano em que fui bolsista da Iniciação Científica e o período de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação, tive a possibilidade de realizar essa busca por fontes que pudessem ser acessadas na cidade. Entre a documentação local identificada em Feira está o jornal *Folha do Norte*.

O periódico supracitado foi criado em 17 de setembro 1909 por Tito Ruy Bacelar, que foi Intendente Municipal, juntamente com os irmãos da família Silva, Arnold, Dálvaro e Raul. Com a morte de Tito Ruy Bacelar, o jornal fica sob a responsabilidade dos irmãos Silva (OLIVEIRA, 2000). Arnold Silva era um dos redatores do jornal, no qual escrevia uma coluna chamada “Vida Feirense”, destinada a relatos sobre a vida sócio-cultural da cidade.

Um tipo de fonte rico em diversas informações e que, no Brasil, só a partir da década de 1960 passou a ser utilizada de forma mais sistematizada, figurando-se como uma importante fonte primária para os estudos históricos. Entretanto, ao utilizá-la, devemos atentar para os aspectos que compõem esta fonte e para a sua função social. Tania Regina de Luca (2005: 133) aponta para o caráter doutrinário e a intervenção no espaço público que marcavam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX e que publicizar suas ideias estava acima da preocupação com as vendas dos seus exemplares. Contudo, o *Folha do Norte*, montado no início do século XX traz parte destas características, pois é possível identificar o caráter opinativo em suas edições.

Temas da política nacional, estadual e local eram frequentes no *Folha do Norte*, que entre os anos de 1929 a 1935, analisados aqui neste estudo, eram constantemente abordados. Sobre a política varguista, em particular, havia notícias em todos os exemplares desta temporalidade, quase sempre na primeira página do jornal, que possuiu tiragem semanal e quinzenal durante esses anos. Com o uso de uma linguagem

rebuscada, aponta-nos o público que o periódico pretendia atingir em uma cidade com altos índices de analfabetismo, o que era a realidade em boa parte do Brasil dessa época. Esses elementos acerca da origem do jornal são pertinentes para historicizar a fonte e para o procedimento de sua análise. Tratava-se de um veículo formador de opinião, do qual um dos donos é um político influente em Feira de Santana e foi uma das principais produções jornalística da época na cidade. Ao utilizá-la, buscamos empregar, para além das análises sobre os sujeitos da política feirense, na reconstrução factual da era Vargas sob a perspectiva dos feirenses que o produziam. Voltaremos nossa atenção para as narrativas dos eventos políticos e sociais, filtrando os temas privilegiados por este periódico, ponderando sobre suas falas, posicionamentos e aproximações partidárias durante este período de agitação política. Atentaremos, também, para os eventos sociais da cidade, notificados na coluna.

Contudo, a fonte jornalística foi examinada com maior fôlego para pensar a política em Feira de Santana no recorte aqui proposto, mas não foi a única analisada. Textos de alguns memorialistas, atas da Câmara e Conselho Municipais<sup>1</sup> de Feira de Santana, além de cartas e telegramas de políticos feirenses dirigidas ao então Interventor da Bahia, Juraci Magalhães também foram estudadas. Fontes que também revelam conteúdos importantes acerca da política da cidade nos anos de 1929 a 1935.

Dentro das renovações que os estudos da História Política vêm sofrendo “não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates nas arenas do poder” (LUCA, 2005: 128) e esse surgimento de novos temas e abordagens na historiografia a partir dos Annales trouxe também um conflito de concepções sobre a História Política e uma recusa dela, principalmente pela História Social e Econômica alegando sua superficialidade. Todavia, a História Política saiu do descrédito para uma gradativa ressurreição, como nos apontou René Rémond.

*Ora, eis que, há duas ou três décadas, esboçaram-se os sinais anunciadores, e depois multiplicaram-se as manifestações de um retorno com força total. Os trabalhos de história política pululam, numerosas teses lhe são consagradas. O ensino, após ter obedecido à convicção de que se devia descartar a*

---

<sup>1</sup> Tal distinção (entre Conselho e Câmara Municipais) existiu em alguns momentos da história da cidade. De 1833, quando é instalada, até a República possuiu o nome de Câmara e seus membros eram chamados de Vereadores. A partir de 1890, com a criação do cargo de Intendente para gerir os municípios, a nomenclatura passou a ser Conselho e seus membros denominados de Conselheiros. A partir de 1930 voltou a chamar-se Câmara Municipal e seus componentes de Vereadores.

*política em benefício da economia e das relações sociais, tende hoje a reintroduzir a dimensão da política dos fatos coletivos (REMOND, 2003: 21).*

Neste trabalho temos o objetivo de realizar uma investigação sobre a História Política de Feira de Santana nos utilizando da Nova História Política de que trata Rémond (2003), um campo autêntico do conhecimento historiográfico que é capaz de abarcar questões sobre a natureza do político, mas que também acolham o conjunto da vida social.

Ao realizarmos um levantamento inicial sobre os indivíduos da política de Feira de Santana, temos indícios de que era dominada pela elite local. Por elite, entendemos aqui, serem grupos ou segmentos que parecem ocupar o auge “de estruturas de autoridade ou distribuição de recursos” e na política feirense, como tantos outros lugares no Brasil, este bloco é formado por sujeitos influentes, abastados, para os quais voltamos nosso olhar neste estudo (HEINZ, 2008: 08). Acreditamos que é relevante utilizarmos este conceito para nos ajudar a perceber quais mecanismos do poder estes grupos feirenses utilizavam, em quais espaços atuavam e como tinham acesso às posições dominantes na política da cidade. Entretanto, não se trata de uma abordagem prosopográfica, mas de um estudo sobre a História Política de Feira de Santana, utilizando as características sociais dos grupos que faziam política na cidade com o objetivo de perceber como eles mativeram-se no poder durante as décadas de 1930 e 1940.

## **2. Feira de Santana nos últimos tempos da República Velha**

Feira de Santana está localizada na zona de transição entre os domínios da Mata Atlântica e do Semiárido, no interior da Bahia, e fazia parte do território de Cachoeira constituído pelas freguesias de São José das Itaporocas, Sagrado Coração de Jesus do Perdão e Santana do Camisão (FERREIRA, 1958: 226). Desmembrada em 18 de maio de 1833, tornou-se Villa do Arraial de Feira de Sant’Anna e foi instalada a Câmara Municipal, composta por sete vereadores; neste mesmo ano, em 18 de setembro, foi instalado o município de Feira. Em 16 de junho de 1873, por meio da Lei Provincial nº 1.320 (FERREIRA, 1958: 227), a vila de Feira de Sant’Anna foi elevada à categoria de

cidade e criaram-se mais dois lugares de vereadores na Câmara do município (POPPINO, 1948: 109-110).

Durante muitos anos no Brasil as Câmaras Municipais acumularam às funções dos poderes Legislativo e Executivo. Antes do regime republicano o poder Legislativo geria o município e o presidente da Câmara reunia também a função de Administrador do Executivo, havendo a necessidade da intervenção do Presidente da Província apenas em questões especiais. A separação entre o Legislativo e o Executivo aconteceu com a instalação da República e implicou, de forma direta, na disposição do poder local nos municípios brasileiros, com a criação do cargo de Intendente Municipal para regê-los.

Entre 1891 a 1915, os intendentess baianos eram escolhidos através do voto direto. Em 1915 foi fixada uma lei que retirou os intendentess do quadro dos cargos eletivos e só em 1920, essa lei foi modificada para permitir outra vez a escolha dos intendentess por meio do voto direto (POPPINO, 1948: 127-128). Contudo, “os Conselhos Municipais, as juntas distritais e os juizes de paz continuaram a ser eleitos por sufrágio popular e a servir por quatro anos” (POPPINO, 1948: 127). Esse período possui um detalhe relevante para a política da época, pois o cargo de intendente ficou a disposição dos chefes políticos, que no domínio do poder estadual, regional e/ou municipal, promoviam coligações por meio das quais determinavam quem deveria ocupar este e outros cargos políticos.

Nessa forma de organização política amadurece a figura do coronel, que tem sua origem nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado do século XVI, estendendo o poder do domínio privado para o setor público comandando a política local (PANG, 1979: 21). O coronel possuía como *locus* de sua força o município, mas não somente aqueles contextualizados na zona rural, como é o caso de Feira de Santana. Neste ambiente definido geográfica e politicamente, a troca de favores e a reciprocidade davam-se entre o coronel e a população local que não possuía canais para se expressar.

Eurico Alvez Boaventura, feirense, membro de uma família de prestígio em Feira de Santana e região desde muito antes da República, em sua obra *Fidalgos e Vaqueiros*, relata que esses coronéis, do sertão da Bahia em especial, “se apresentavam como tipos de valor, vivendo a sua vida em função da sua paisagem, sendo juiz e senhor e até mesmo Rei, ou Imperador, porque a única e solitária voz ouvida e que elevava no meio do poeirão das nossas estradas” (BOAVENTURA, 1989: 348).

Líderes que ao longo de sua vida política conquistaram força firmando redutos eleitorais e interferindo nas decisões políticas de sua área. Dentro do seu campo de controle, o coronel exercia também uma larga influência sobre seus dependentes (LEAL, 1978: 23), promovendo desavenças, rixas, e em alguns casos proferindo arbitrariedades, que eram respeitadas pelos que possuíam interesses no jogo político. Uma relação de poder de mão-dupla. Max Weber, ao discutir poder e dominação, aponta-nos que poder é

*a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada, pode assentar em diferentes motivos de acatamento: pode ser condicionado apenas pela situação de interesses, portanto, por considerações teleológicas-racionais das vantagens e desvantagens por parte de quem obedece. Ou, além disso, mediante o simples “costume”, pela habituação monótona à acção tornada familiar; ou pode ser justificado pela tendência simplismente pessoal do governado (WEBER, 2005:1).*

Tais relações de poder podem ser percebidas em Feira de Santana e exemplificadas nas eleições municipais de 1924. Agostinho Fróes da Motta (REIS, 2008) e Bernardino da Silva Bahia, comerciante e fazendeiro, respectivamente, revesaram-se à frente do executivo feirense nos anos de 1912 a 1923. Coronéis, membros do Partido Republicano da Bahia (PRB), gozavam de grande prestígio pessoal e político em Feira de Santana e Região. Foram aliados políticos durante muitos anos, embora houvesse discordâncias quanto aos rumos da administração do município (SANTIAGO, 2010). No final do seu último mandato, em 1923, Bernardino da Silva Bahia, que ocupava também o cargo de presidente do diretório local do PRB (FOLHA DO NORTE, 17 set. 1997: 2), indicou para lhe suceder Arnold Ferreira da Silva, pouco conhecido na sociedade feirense.

Ao discutir poder nas estruturas políticas, Weber analisou o clientelismo, o nepotismo, a influência social, econômica e político daqueles que detêm o poder político e também econômico (WEBER, 1971: 268). O sufrágio de 1924 em Feira de Santana nos dá uma amostra das relações de poder na cidade, explicitando essas questões indicadas por Weber. Arnold Silva, um sujeito que até então não havia ocupado nenhum cargo político, conseguiu ser eleito, e também a seguinte, tendo a seu favor a imposição de Bernardino Bahia da “sua própria vontade, no interior de uma relação social” (WEBER, 1971: 219), realizando sua vontade em colocar no cargo alguém que ele queria, o que está diretamente ligado a dominação.

Assim, Arnold Ferreira da Silva ficou a frente do Executivo feirense em duas gestões consecutivas de janeiro de 1924 a dezembro de 1925 e, mais tarde, de janeiro de 1926 a dezembro de 1927, quando o diretório do PRB já estava sob sua direção (FOLHA DO NORTE, 17 set. 2005: 2), herdou o legado político do Cel. Bernardino Bahia, tornando-se uma das principais lideranças políticas de Feira até a década de 1960.

### **3. Política nas mesmas mãos: entre o movimento de 1930 e a formação do diretório local do PSD.**

Em 1929, Arnold Silva já era um importante político feirense e, nesse ano, ocupava o cargo de Conselheiro Municipal e presidente do Conselho. Em outubro deste ano, ele e Elpídio Raymundo Nova, em sua primeira gestão (1928-1931) (ALMEIDA, 2000), convocaram para uma reunião alguns políticos e sujeitos também de expressão política na cidade, com o objetivo de tratar das eleições de março de 1930. Vital Soares, então governador da Bahia, era candidato a vice-presidente na chapa de Julio Prestes. Iniciando os trabalhos do encontro, Elpídio Raymundo Nova disse que

*aquella reunião era essencialmente política, descrevendo a acção que se effectua em todo o paiz com os aprestos para o pleito que se vae ferir dentro em poucos meses. Referiu-se à lealdade partidária de Feira de Sant'Anna, cujos expoentes eleitoraes sempre têm formado uma legião dos que defendem os reaes interesses do regimem em renome da Bahia* (FOLHA DO NORTE, 05 out. 1929: 1)

Este comitê, que tinha como intento trabalhar pela eleição de Julio Prestes e Vital Soares, foi constituído por políticos e nomes importantes de Feira, dentre eles: Dr. Elpídio Nova, advogado; Cel. Arnold Silva, um dos donos do periódico *Folha do Norte*; Sr. Eduardo Motta, fazendeiro; Mendes de Aguiar, professor; Honorato Bonfim, médico; José Alves Boaventura, fazendeiro; Amarílio Cavalcante, médico; Valentim José Souza Barbosa, Heráclito Dias de Carvalho, delegado da cidade e João Martins da Silva, fazendeiro. Muitos destes nomes faziam parte da elite política de Feira desde a década de 1920 e alguns ainda em período anterior<sup>2</sup>.

Em 1º de março de 1930, as eleições ocorreram em todo o país e às candidaturas oficiais venceram. Em Feira, Julio Prestes e Vital Soares receberam 3.106 e 3.141 votos,

---

<sup>2</sup> Atas da Câmara e Conselho Municipais de 1924, 1925, 1928 e 1930

respectivamente (FOLHA DO NORTE, 08 mar. 1930: 1), num universo de dois colégios eleitorais que havia na cidade (um na sala do Juri e outro na sala do Conselho, ambos no Paço Municipal) (FOLHA DO NORTE, 01 mar. 1930: 1). Entretanto, mesmo com a vitória assegurada pelo voto, não tomaram posse. Segmentos de oposição, capitaneados pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, articularam-se, tendo como meta impedir essa posse e promover mudanças no sistema político vigente. Conduziram o movimento que ficou conhecido como a “Revolução de 1930”. Em 3 de outubro, no Rio Grande do Sul, iniciaram-se as primeiras ações da revolta com assaltos a quartéis e a repartições do exército. No dia 4 o levante seguiu nos estados da Paraíba, Recife, Piauí e desenvolveram-se, culminando com a vitória do movimento (FAUSTO, 1977). Em 24 de outubro Washington Luís foi deposto e uma junta militar assumiu o poder, que, posteriormente, foi transferido para Vargas, candidato derrotado nas eleições de março de 1930 e principal líder da Aliança Liberal.

Fortemente subsidiados pelo governo federal, alguns coronéis baianos enfrentaram as investidas da Aliança Liberal. Tudo fazia crer que Washington Luís iria conter o movimento, mas a ordem foi subvertida. Com os militares assumindo o poder, a situação tornou-se irreversível e logo começaram as congratulações públicas pela vitória do movimento, externadas em jornais de todo o país. Em Feira, ainda na gestão de Nova,

*a vitória do movimento revolucionário foi festejada [...] com uma imponente passeata cívica a noite no domingo último. Conduzindo o triunfo o pavilhão nacional e aos sons de vibrantes dobrados executados pela philarmônica “Euterpe Feirense”. Verdadeira multidão percorreu as ruas* (FOLHA DO NORTE, 01 nov. 1930: 1)

Estas felicitações foram manifestadas pelo mesmo jornal<sup>3</sup> que meses antes do movimento de 1930 publicou a convocação de Elpídio Raymundo Nova e Arnold Ferreira da Silva a políticos e figuras de notoriedade de Feira a organizarem-se para dedicar-se à campanha eleitoral de Julio Prestes e Vital Soares. Utilizaram também o espaço do periódico para divulgar que na época destas eleições, os políticos de Feira

---

<sup>3</sup>O Folha do Norte ainda tratando sobre o êxito do movimento de 1930 diz aos leitores que lhes são conhecidos “s eventos que determinam a vitória da grande revolução e os que lhe seguiram, por mais uma intensa circulação de quotidianos, disputados com vivíssimo e justificado interesse pelo povo que lê e anhelava por se sentir liberto dos tentáculos que o constrangiam e sugavam, apraz-nos relatar as ocorrências capitais dos últimos dias, em desobriga de dever profissional, feita de melhor vontade”. 01 nov, 1930, p. 1.

não só estavam do lado do governador da Bahia, como se empenhavam para que ele fosse eleito o vice-presidente do Brasil. E meses após as eleições esse mesmo grupo político mostrou-se favorável aos segmentos que impediram a posse dos candidatos que eles mesmos trabalharam em sua eleição (SILVA, 2009). Observam-se, aqui posicionamentos extremamente distintos do mesmo bloco político, que diante das primeiras mudanças na política do país e do estado, após o movimento de 1930, rearticularam-se em defesa da conservação e sobrevivência de seu domínio político, o que aconteceu também em outros lugares do Brasil.

Em 11 de novembro de 1930, o Decreto nº 19.398<sup>4</sup> instituiu juridicamente o Governo Provisório procedente da vitória do movimento de 1930<sup>5</sup>. Mais uma vez, a dinâmica da política foi modificada e os reordenamentos do poder foram tarefas movimentadas em todo o país. Iniciaram-se quando Getúlio Vargas assumiu o poder e colocou à frente dos governos dos estados os interventores federais. A Bahia foi um estado que resistiu até o último instante, ao lado do presidente Washington Luis e seus aliados. Assim a reorganização do poder por aqui ocorreu de maneira agitada. Não foi uma tarefa fácil indicar um interventor que não provocasse o descontentamento das oligarquias locais (SILVA, 2000: 25-32), a hostilidade ao governo de Juraci Magalhães e a formação da Concentração Autonomista mostraram o quanto isso não foi possível.

Na Bahia, o primeiro interventor foi Leopoldo Afrânio do Amaral, que governou de 1º de novembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1931. Seguido por Arthur Neiva, que ficou no comando do estado de 18 de fevereiro a 15 de julho de 1931. Após um breve intervalo, preenchido pelo General Raimundo Barbosa, o tenente Juraci Magalhães foi nomeado por Getúlio Vargas e assumiu o governo da Bahia, permanecendo no cargo até 1937.

Em Feira de Santana, Elpídio Raymundo Nova ficou no governo até janeiro de 1931, quando “por decreto de 31 do p. p. o Sr. Dr. Interventor Federal nomeou prefeito deste município o cel. João Mendes da Costa. S. s. que foi presidente do comitê da Aliança Liberal nesta cidade, já exerceu vários cargos de confiança dos governos e de escolha

---

<sup>4</sup> Art. 1 – O governo provisório exercerá discricionariamente em toda a sua plenitude as altas funções e atribuições não só do Poder Executivo do Poder Legislativo até que seja eleita a assembleia constituinte e estabeleça esta a organização da Constituição do país. Folha do Norte. Feira de Santana, 15 nov. 1930. p. 1.

<sup>5</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil . 16 de julho de 1934. p. 1

popular [...] ” (FOLHA DO NORTE, 10 jan. 1931: 1). As mudanças nos cargos da administração local eram esperadas, o que geravam manifestações dos líderes locais na busca por manterem-se no comando do poder na cidade.

Em 3 de janeiro de 1931, dias antes da nomeação de João Mendes da Costa para prefeito de Feira, o *Folha do Norte* publica uma reportagem mostrando “os dois grandes melhoramentos da Feira” (FOLHA DO NORTE, 03 jan. 1931: 1) a inauguração da rede de energia elétrica e de telefonia no município. Tal nota divulgava o quão bem sucedida era a gestão de Nova e que, diante de tantos benefícios trazidos para a cidade, tirá-lo do cargo não seria bom para Feira. Sua saída da prefeitura viria interromper os avanços que a cidade vinha conseguindo com ele liderando o Executivo feirense. Uma fala que pode ser lida como um apelar para permanência de Nova à frente da prefeitura da cidade, mas que não poderia apresentar-se como um desejo pessoal, e sim como algo de interesse para Feira.

Ao lado dessa reportagem, seguiu uma comunicação do Interventor ao então prefeito, informando-lhe que ele depositara em suas mãos “as funções de prefeito deste município” (FOLHA DO NORTE, 03 jan. 1931: 1). Segundo o *Folha do Norte*, esta correspondência entre a interventoria do estado e a prefeitura de Feira foi um reconhecimento das benfeitorias da gestão de Nova e que ilustra o

*cyclo brilhantíssimo de proveitosas administrações que a Feira de Sant’Ana ganhou com o predomínio dos elementos políticos que levaram o dr. Nova a governo da comuna. Resta-nos pedir a Deus que inspire os dirigentes da Bahia na escolha e organização dos dirigentes municipais, de modo que se não entrave o progresso crescente de muitas das melhores cidades bahianas, entre as quaes a nossa que, é bom lembrar, aprendeu nos últimos vinte annos a distinguir os bons e os maus governos* (FOLHA DO NORTE, 03 jan. 1931: 1).

A vitória do movimento de 1930 deixava claro que haveria algumas modificações na política. As dimensões dessas mudanças é que eram desconhecidas, mas se podia ter a certeza de que elas aconteceriam e iriam atingir de alguma forma as disposições do poder na cidade. Esses apelos ao governo do estado, por meio de nota no *Folha do Norte*, para que ele o mantivesse na prefeitura do município, exemplifica as vicissitudes políticas do período. Contudo, dias depois de enviar a correspondência para o então prefeito de Feira, Leopoldo do Amaral colocou João Mendes da Costa no cargo de prefeito. Algo que não foi uma particularidade de Feira, pois aconteceu em várias

idades da Bahia a exemplo de Alagoinhas onde, o Cel. Saturnino da Silva Ribeiro ocupava o executivo municipal desde 1926 e foi deposto do cargo por ordem do interventor e substituído por Mário da Silva Cravo, que tomou posse em 15 de novembro de 1930 (PAIXÃO, 2009: 69). Quando Juraci Magalhães assumiu a interventoria da Bahia, o então prefeito de Feira enviou-lhe uma carta, solicitando orientações. João Mendes da Costa, considerando-se um grande admirador das atitudes de Juraci Magalhães, diante dos acontecimentos pelos quais vinha passando o Brasil, não podia, segundo ele, “dispensar no momento em que me acho a frente dos destinos deste Município, a vossa sabia orientação para feliz êxito do meu governo”<sup>6</sup>. Isso indica que o Interventor teve participação na política de Feira, a convite do próprio prefeito, apontando o início das aproximações entre os políticos feirenses e o novo governo estadual.

Com as mobilizações em torno da Constituinte, Juraci Magalhães buscou fazer alianças com representantes das oligarquias baianas, porém sem sucesso. Todavia, o interventor persistiu na construção de uma base política para amenizar a oposição ao seu governo e partiu para o interior da Bahia na cata de aliados, e aí sua investida foi bem sucedida. Promoveu arranjos com o coronelato baiano, organizou coligações político-partidárias e convocou líderes políticos municipais para participar da convenção que daria origem ao Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, da qual participaram 151 municípios (9NOVAIS, 1998: 93).

Em 30 de janeiro de 1933 Arnold Ferreira da Silva escreveu para Juraci Magalhães expressando seu desejo de ingressar no PSD recém formado pelo interventor e lhe dando os parabéns pelo êxito da instalação do partido. No telegrama em que Arnold Ferreira da Silva dizia a Juraci Magalhães que estava pronto para incluir seu nome no diretório central do PSD, afirmava que o fez “não só pelo programa como também pelos processos com que se apresenta, marca da verdadeira conquista, da renovação, do saneamento político”<sup>7</sup> da Bahia nesse período.

Em janeiro deste mesmo ano foi instalado um diretório do PSD em Feira, com uma sessão solene no Paço Municipal, sendo alvo de agradecimentos do próprio Getúlio Vargas (FOLHA DO NORTE, 21 jan. 1933: 1). O diretório era composto por Cel. João

---

<sup>6</sup> Carta dirigida ao Exmo. Sr. Tenente Juracy Magalhães, D. D. Interventor Federal, em 30 de outubro de 1931. Arquivo JM, pasta Municípios – Feira de Santana – CPDOC.

<sup>7</sup> Telegrama de Arnold Silva dirigido ao Tenente Juracy Magalhães, Dr. Interventor Federal da Bahia em 30 de janeiro de 1933. Arquivo JM, pasta Municípios – Feira de Santana – CPDOC.

Mendes da Costa, então prefeito de Feira, Arnold Silva, Eduardo Fróes da Motta, respectivamente presidente e vice-presidente do diretório local, Heráclito Dias de Carvalho, Elpídio Raymundo Nova, João Martins da Silva, Cel. Américo de Almeida Pedra, Leôncio Evangelista dos Santos, Cel. Álvaro Simões Ferreira, Antonio dos Santos Rubem e João Barbosa de Carvalho (FOLHA DO NORTE, 21 jan. 1933: 1). De que renovação política falava Arnold Ferreira da Silva ao dirigir-se a Juraci Magalhães, com a formação de um diretório que abrigava os conhecidos nomes da política feirense e que, parte destes políticos, em 1929, organizaram-se para trabalhar na eleição de Júlio Prestes e Vital Soares e que, formavam nesse momento, uma aliança por uma “Bahia una e forte”?<sup>8</sup>.

Nas deliberações da reunião do novo partido, Nova foi indicado por unanimidade pelo diretório para ser o novo prefeito de Feira de Santana. Político que foi deposto deste mesmo cargo após a “Revolução de 1930”, retornou ao cargo e assumiu sua segunda gestão frente ao governo da cidade, ficando até março de 1935. Nesse momento já encontravam-se num novo arranjo o divulgador da Aliança Liberal em Feira, o prefeito destituído do cargo no período imediato à vitória do movimento de 1930, membro com outros políticos feirenses do comitê pró Júlio Prestes-Vital Soares, unidos em torno do Interventor federal. O *Folha do Norte* publicou nesse mesmo número que o Cel. João Mendes da Costa anunciou durante as negociações do partido que iria renunciar ao cargo de prefeito, mas com as manifestações de Juraci Magalhães e do diretório local, ficou acordado que ele só seria substituído na prefeitura após a realização da Constituinte.

Em conseqüência da Constituinte, grupos políticos dos estados da União movimentaram-se para a formação dos partidos e das candidaturas, e

*o debate generaliza-se e prende as atenções. Todos se manifestam, opinam, dizem o que pensam. A Bahia não faria exceção ao momento agitado que o paiz está vivendo. Enquanto o Partido Social Democrático se constitui um bloco poderoso e compacto e, inaugura novos moldes e novas praxes, formam-se a Liga da Acção Social e o Partido Republicano Liberal, e também se anuncia um provável entendimento de elementos de desanvidos desde o regime que passou* (FOLHA DO NORTE, 01 abri 1933: 1).

---

<sup>8</sup>O *Folha do Norte*, ao comentar as movimentações sobre a formação do PSD no estado diz que “o movimento político que está se operando nesta communa traduz á justa o anseio da collectividade consciente de contribuir para a reconstitucionalização do paiz e cooperar para a reorganização e alevantamento da Bahia, tornados necessários em face dos princípios revolucionários, ora victoriosos”. *Folha do Norte*. Feira de Santana, 21 jan. 1933. Num 1227. p. 1.

Nessa ocasião, o diretório do PSD em Feira, nas discussões dos nomes que iriam disputar a Constituinte, Arnold Silva indicou o nome de Eduardo Fróes da Motta para ser um dos candidatos. Contudo, Motta recusa o convite por “motivos de ordem particular” ainda não identificados. Segundo Silva, diante da recusa de Motta, o diretório resolveu indicar o seu “humilde nome”, mas que não sabe se sua candidatura irá contar o apoio dos demais líderes regionais, mas que tendo ou não:

*quero dizer a v. Exa., que de pouco tempo me conhece e a quem devo, em consciência, como orientador, que é, da renovação e quiçá da regeneração política da Bahia, contas dos meus actos de correligionário absolutamente identificado com as suas idéias e o seu programa de acção, devo dizer que si acceito a mesma candidatura não é por preocupação pessoal de destaque ou desejo do mínimo proveito<sup>9</sup>.*

E continuou a carta afirmando que,

*a Feira é, neste momento, um bloco, homogêneo, compacto, ao lado da política renovadora e da administração honesta de V. Exa.. Candidato de Feira, terei de pensar e de agir como ella pensa e age, sem attenção a pequenas dissensões personalísticas<sup>10</sup>.*

Em 21 de fevereiro de 1935, Juraci Magalhães nomeou interinamente, Heráclito Dias de Carvalho prefeito de Feira de Santana, e exonerou Elpídio Raymundo Nova, que solicitou sua própria saída do cargo, por ter sido eleito deputado, pelo PSD, para a Constituinte Estadual. Nesse mesmo ano o PSD lançou a candidatura de Heráclito Dias de Carvalho para prefeito de Feira (FOLHA DO NORTE, 28 dez. 1935: 1), e para os cargos de vereadores, os nomes de Áureo de Oliveira Filho, Américo de Almeida Pedra, Adalberto Constâncio Pereira, Álvaro Simões Ferreira, Eduardo Fróes da Motta, Filinto Marques de Cerqueira, Gonçalo Alves Boaventura, João Barbosa de Carvalho, João Martins da Silva, José Pinto dos Santos, Valentin José de Souza e João Marinho Falcão. Nas eleições, todos os candidatos aqui citados foram eleitos, formando uma gestão e uma bancada de partido único. Heráclito Dias de Carvalho deixou de ser o prefeito nomeado para ser o prefeito eleito pelo voto direto.

---

<sup>9</sup> Carta dirigida ao Exmo. Sr. Tenente Juracy Magalhães, D. D. Interventor Federal, em 14 de março de 1933. Arquivo JM, pasta Municípios – Feira de Santana – CPDOC.

<sup>10</sup> Idem.

Heráclito Dias de Carvalho e Eduardo Fróes da Motta, João Martins da Silva e Valentin José de Souza, fizeram parte do comitê pró candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares, período em que esses sujeitos mantinham ligações políticas com o governo estadual em mandato vigente. Em 1929, quando se discutia a sucessão presidencial, a coligação que atendia aquele momento político contou com a participação destes sujeitos que, na metade da década de 1930, já estavam agrupados no circuito getulista.

A não utilização da participação de Arnold Ferreira da Silva no PSD para qualquer espécie de favorecimento não foi percebida nos anos seguintes de sua prática política. Identificamos algumas cartas dirigidas a Juraci Magalhães que nos dão indícios do uso dessa aproximação política com o Interventor como meio de obtenção de favores que fortaleciam seu poder político na cidade. A exemplo de uma carta dirigida a Juraci Magalhães em 21 de agosto de 1933, Arnold Ferreira da Silva informou ao Interventor que

*aqui, como em Santo Amaro e em Santo Antonio de Jesus e outras localidades do interior, faz-se, anualmente, a tradicional festa religiosa da padroeira local com o producto da extracção de pequenas kermesses, mediante “coupons” numerados [...]. Festas verdadeiramente populares, interessam vivamente a população, que é toda muito cathólica e encontrou um meio fácil de custeá-las nas alludidás kermesses, cujos bilhetes são distribuídos apenas nos limites da cidade e se destinam exlucisivamente ao dito fim. Ultimamente, por insistência do Delegado Fiscal do Thesouro Nacional, o agente do imposto de consumo, aqui, tem obstado a distribuição dos alluidos “coupons”. Em Santo Amaro, entretanto, Santo Antonio de Jesus e outros lugares, não se verifica a mesma proibição. Procura-me a comissão de festas e pede que eu me dirija ao eminente amigo. Será possível obter que o Delegado Fiscal não mande impedir a circulação das kermesses de Sant’Anna? Isso muito satisfará o povo, o commércio, o vigário, especialmente a comissão de festas, da qual fazem parte dignos amigos nossos<sup>11</sup>.*

A Festa de Santana, nesse período, era uma das famosas formas de sociabilidade na cidade, da qual a elite política e econômica da cidade faziam parte. As comissões organizadoras, na maioria das vezes, eram compostas por membros da elite, havia lugares separados para eles dentro dos festejos e todos faziam questão de que sua participação da comemoração da padroeira da cidade fosse vista pela sociedade feirense. O vigário referido por Arnold Ferreira da Silva, o cônego Tertuliano Carneiro, foi

---

<sup>11</sup> Carta dirigida ao Exmo. Sr. Tenente Juracy Magalhães, D. D. Interventor Federal, em 21 de agosto de 1933. Arquivo JM, pasta Municípios – Feira de Santana – CPDOC.

vereador de 1924 a 1925 e Presidente do Conselho Municipal nesse período, e parente da família Fróes da Motta. Assim, essa intervenção que Arnold Ferreira da Silva socilita ao Interventor, numa análise mais detalhada dos sujeitos envolvidos na questão, nos possibilita percebê-la como parte de um todo que era a disputada pelo poder na cidade. As aproximações dos políticos de Feira com Juraci Magalhães por meio PSD local, podem ser lidas como a construção de novas bases políticas para manter-se em posições de decisão na política feirense, que é o objetivo geral daqueles que almejam cargos políticos.

Nessa análise inicial, podemos perceber que criando novas alianças ou reafirmando velhas bases de consenso, essencialmente a mesma elite local que comandava a política feirense nos anos antes de 1930 permaneceram no poder no período próximo ao golpe do Estado. Em Feira de Santana “se fez assim”.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

ALMEIDA, Osmar Damião de. **Dicionário Personativo, histórico e geográfico de Feira de Santana**. 2ª ed. Feira de Santana, 2000.

Arquivo pessoal: Juraci Magalhães (JM). Seção Municípios – Pasta Feira de Santana. CPDOC, FGV.

Atas da Câmara e Conselho Municipais de 1924, 1925, 1928 e 1930.

BOAVENTURA, Eurico Alvez. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

Brasil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 24 de fevereiro de 1891.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

## **Periódicos**

Folha do Norte. Feira de Santana, 05 out. 1929. Num 1055.

Folha do Norte. Feira de Santana, 08 mar. 1930. Num 1077.

Folha do Norte. Feira de Santana, 01 mar. 1930. Num 1076.

Folha do Norte. Feira de Santana, 01 nov. 1930.

Folha do Norte. Feira de Santana, 15 nov. 1930.

Folha do Norte, Feira de Santana, 03 jan. 1931. Num 1120.

Folha do Norte, Feira de Santana, 10 jan. 1931. Num 1121.

Folha do Norte. Feira de Santana, 21 jan. 1933. Num 1227.

Folha do Norte. Feira de Santana, 01 abri. 1933. Num 1237.

Folha do Norte, Feira de Santana, 28 dez. 1935. Num 1380.

Folha do Norte. Feira de Santana, Edição de comemoração, 17 set. 1997.

Folha do Norte. Feira de Santana, Edição de comemoração, 17 set. 2005.

## REFERÊNCIAS

- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. História e Historiografia. 16 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1977.
- HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 8.
- LEAL, Victor Nunes. **Corolenismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- NOVAIS, Consuelo. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1998.
- PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **Traços da Cidade de Alagoinhas: Memória, Política Impasses da Modernização (1930-1949)**. Dissertação de Mestrado. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2009.
- PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias. 1889-1943: a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LUCA, Tania Regina de. **Historia, dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Fontes Históricas. Rio de Janeiro: Contexto, 2005.
- OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De Empório à Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Dissertação de Mestrado em História. UFBA, 2000.
- SANTIAGO, Tiago Santana. **Casas, Casebres e Ruínas: Política de desapropriação na Feira de Santana (1910-1917)**. Monografia de Conclusão de Curso. Feira de Santana: UEFS, 2010.
- SILVA, Kelman Conceição da. **Política e Reacomodação de Poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930-1945)**. Monografia de Conclusão de Curso. Feira de Santana: UEFS, 2009.
- SILVA, Paulo Santos. **A força da tradição. A luta pela redemocratização na Bahia em 1945**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA. Salvador, 1991.
- REMOND, Rene. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright. **Ensaio de sociologia**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.